



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Taynara Priscila Ferreira da
Silva¹

Ricardo Luiz Cruz²

Plataformização do trabalho: o caso da República das Arteiras

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre as mudanças no mundo do trabalho contemporâneo a partir de uma discussão a respeito das chamadas plataformas digitais enquanto cenário da dita plataformização do trabalho. Dado ao movimento de aceleração dessas plataformas, surge um modelo alternativo que visa superar as precariedades que permeiam as plataformas tradicionais, sendo modelo denominado de cooperativismo de plataforma. O artigo analisa os temas apontados a partir de uma perspectiva da antropologia e sociologia do trabalho, os métodos utilizados na pesquisa constituem em levantamento bibliográfico, etnografia online e entrevista. O referencial empírico do texto é a plataforma criada pela República das Arteiras, uma autodenominada startup de impacto social – surgida em Campo Grande (MS) - que visa criar conexão e transparência no meio da costura buscando mais visibilidade e reconhecimento do trabalho das costureiras.

Palavras-chave – Plataforma, Precarização, Cooperativismo, Costura, Costureiras.

¹ Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/FACH);
taynara_silva@ufms.br

² Orientador

Introdução

Diante as constantes transformações no mundo do trabalho contemporâneo, muitas profissões tiveram que se adaptar a um novo modo de gestão, de produção e de se relacionar. A partir do avanço da tecnologia, houve uma crescente importância para concentração de dados e o controle por meio de algoritmos, isso fez surgir um novo modo de trabalho, sendo este o modelo digital. Ludmila Abílio (2021) aponta para um modelo de trabalho subordinado pelas plataformas, como fator que acarreta em mais precarização do ambiente corporativo, pois entende-se que são consequências advindas das políticas liberais que enfraquecem as leis trabalhistas.

Em um primeiro momento busco enfatizar sobre o trabalho subordinado por meio das plataformas e como esse modelo impacta a vida dos trabalhadores, a partir disso pode-se compreender as principais causas e consequências trazidas por esses impactos no mundo do trabalho digital, como aponta Abílio (2021). Para Rafael Grohmann (2019) existe uma imbricação em torno da política de dados, questões econômicas e a datificação que possuem seus respectivos interesses no acúmulo de dados para ter maior controle social, assim, o capitalismo de plataforma busca por esses meios a exploração do usuário. Adiante no texto, analiso sobre o movimento de cooperativismo de plataforma através das ideias de Trebor Scholz (2016), que é um pioneiro nos estudos sobre o tema, enfatizando que esse movimento surge como resposta ao modo predominante e visa desnaturalizar as precarizações trazidas pelo capitalismo de plataforma.

Em torno do debate entre a precarização do trabalho e o capitalismo de plataforma busco entender de que maneira esse fator impactou a profissão de costura. As análises foram realizadas a partir do trabalho da República das Arteiras – uma entidade sediada em Campo Grande (MS) que se denomina como uma startup de impacto social. Essa plataforma busca minimizar as consequências trazidas pela precarização do trabalho e se organiza para tornar o trabalho das costureiras mais valorizado, pois essa foi uma das características perdidas com as constantes transformações trabalhistas. Busco no presente texto contar brevemente sobre a trajetória da república para que assim haja uma maior compreensão dos objetivos propostos pela plataforma da República das Arteiras e como ela se diferencia dos canais tradicionais de organização do trabalho na costura. As análises feitas sobre o trabalho executado nessa plataforma foram realizadas a partir de entrevistas com Ivani Grance – criadora e atual responsável pela República das Arteiras - onde ela conta suas experiências desde coletivo de costura até se tornar sócia da empresa. Dessa forma, compreendendo o trabalho realizado na plataforma das Arteiras, é possível entender em que medida o trabalho executado por elas se relaciona com o modo organizacional tradicional de plataforma, ou em que medida os objetivos propostos pela República das Arteiras estão relacionados com os ideais do movimento alternativo do cooperativismo de plataforma.

O trabalho subordinado por meio das plataformas digitais

A partir das mudanças no mundo do trabalho contemporâneo, sendo muitas delas permeadas por políticas neoliberais que enfraquecem as leis trabalhistas, surgem formas atípicas de trabalho, fazendo com que o trabalhador precise reencontrar seu lugar nesse meio de transformação. Ao passo que o capitalismo de plataforma com a tecnologia, a concentração de dados e o algoritmo avançam cada vez mais no que diz respeito ao controle de determinados grupos sociais, eles são fatores centrais para a consolidação do trabalho subordinado pelas plataformas, visto que “a precarização é um processo central comandado pelas novas exigências tecnológicas e econômicas da evolução do capitalismo moderno” (Neves e Pedrosa, 2007, p. 12).

Analisando o trabalho subordinado pelas plataformas a partir do artigo de Ludmila Abílio, Henrique Amorim e Rafael Grohmann, publicado em 2021, intitulado “Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos processos e formas”, pode se compreender que diferentes autores, citados no artigo, como Casilli (2019), Van Dijck e Poell (2010), abordam o tema buscando características e definições em torno do trabalho digital para que se compreenda seu impacto. Os estudos recentes sobre a plataformização buscam nesse meio de transformações constantes levantar questões em torno do tema e entender como esse processo afeta o mundo do trabalho e a posição dos trabalhadores, no caso do artigo, o estudo refere-se sobre o processo de uberização, ressaltando que “tais empresas centralizam e concentram um volume muito grande de capital, dados e informações que lhes permite submeter a forma de organização de determinados produtos e serviços”. (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p. 46).

Segundo os autores, a decorrente flexibilização, a informalidade, o enfraquecimento das leis trabalhista, são consequências das políticas neoliberais que se introduzem no mundo corporativo, pois para Silva (2017), a precarização pode ser pensada como institucional porque ela influencia todos os sentidos da vida de um trabalhador, ela cumpre uma função para além das condições indignas de trabalho. Nesse sentido, a plataformização do trabalho é uma das consequências de todo esse processo, e isso acontece porque esse fenômeno vem reestruturando as relações nesse meio, fazendo com que a ideia de “chefe” deixe de existir, pois a plataforma não tem uma “cara”, mas sim um símbolo de identificação, portando, não existe a relação de empregador e empregado como se vê no ambiente corporativo, já que para fazer parte da plataforma basta apenas fornecer seus dados para cadastro.

Seguindo os conceitos em torno da plataformização, busco através do artigo de Rafael Grohmann de 2019, intitulado “Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização

e a racionalidade neoliberal”, refletir sobre os pontos centrais de suas análises que buscam compreender os principais fatores que ligam o trabalho subordinado pelas plataformas ao modo de produção capitalista. São eles os dados, os algoritmos e a própria plataforma, pois afirma que “Há um mantra que vem sendo repetido no campo dos negócios: ‘os dados são o novo petróleo’. Do ponto de vista da importância financeira, nada mais verdadeiro”. (Grohmann, 2019, p. 109). A partir dos artigos citados, pode-se compreender através das ideias gerais sobre o trabalho digital e suas consequências e de que forma se relaciona com o trabalho da República das Ardeiras.

Nos dois artigos percebe-se diferentes características que vão definir a plataformização do trabalho, tendo em vista que é um processo permeado por diferentes imbricações e diferentes formas de apropriação de valor, como ressalta Grohmann (2019). A principal característica do trabalho de digital, é a dependência do trabalho por meio da plataforma, que faz com que o trabalhador utilize exclusivamente dela para poder executar seu trabalho, portando, predomina uma necessidade. O modo de introduzir o trabalhador nesse meio se difere do modo de contratação tradicional, pois o trabalhador não passa por um processo seletivo de vaga, podendo apenas fazer um cadastro fazendo com que seus dados sejam enviados para a plataforma.

Os dados, outro fator extremamente importantes nesse processo, é uma das bases para que a plataforma se estruture, ela precisa deles para se manter, por isso gera a centralidade dos dados de onde vêm a ideia de acumulação, é através deles que se pode ter o controle do trabalhador, dessa forma, os dados agem como extração de valor e recurso. Juntamente com eles, os algoritmos estão imbricados para que o controle aconteça, os dois estão na base da estrutura da plataforma, sendo assim “o trabalho mediado por plataformas tanto obedece a lógicas algorítmicas quanto expressa modos de acumulação de riqueza e parte de uma racionalidade que sustenta politicamente o capitalismo”. (Grohmann, 2019, p. 108).

Pensando essa ideia no campo da uberização no Brasil, existe uma ideia de liberdade de trabalho, já que não existe uma imagem de chefe e a necessidade de controle do tempo, mas como ressaltam os autores, isso é uma consequência da onda de informalidade que no Brasil é algo que existe desde os primórdios, sendo o trabalho marcado por exploração, informalidade e precariedade. Diante esse fator, pensar sobre esse tema da precariedade, para então pensar a plataformização, se torna um processo ainda mais difícil. É desafiador chegar a questões e conclusões sobre o tema em meio as constantes transformações que acometem o mundo do trabalho, principalmente no Brasil com a informalidade sendo a regra, dado ao fato que “a circulação e a extração de valor do trabalho por meio de plataformas se dão de formas desiguais em diferentes países e regiões, com lógicas de classe e obedecendo aos parâmetros da financeirização dataficação global”. (Grohmann, 2019, p. 113).

O que está posto é o processo da informalidade que cada vez ganha novas caras com a ideia de autonomia e empreendedorismo, como ressalta Abílio (2021). Através das questões levantadas nos textos em relação a definição do trabalho subordinado por plataforma, analiso em que medida os conceitos em torno da plataformização do trabalho se relaciona com o trabalho de plataforma realizado pela República das Arteiras. Portanto, como pensar a informalidade, o extrativismo de dados, a centralidade do capital e as decorrentes precarizações que permeiam a plataformização e suas consequências no mundo corporativo, ao relaciona-las com o trabalho de plataforma com outro objetivo?

Primeiramente chamo atenção para o trabalho das costureiras que desde a reestruturação da indústria têxtil da década de 1990 vem passando por profundas transformações no modo de operar por conta da informalidade e flexibilização. Diante da ideia de informalidade que conduzem as grandes plataformas, é possível comparar e tomar como o exemplo o tipo de plataforma criada pela República das Arteiras, além de analisar se ela cumpre o mesmo papel das grandes plataformas de trabalho? Sendo o trabalho de costura expostos a cenários de precarização há décadas, é possível afirmar que como as demais plataformas, ela também precariza ainda mais o trabalho das costureiras? E sobre a perda de autonomia, esse tipo de plataforma promove essa consequência? De que maneira se relaciona o trabalho subordinado pelas plataformas com o que é realizado pelas arteiras? Nesse sentido, busco analisar a plataformização como definida pelos artigos para refletir de forma crítica o trabalho subordinado pelas plataformas, pensando junto o tipo de trabalho proposto pelas Arteiras em contraposição com as principais características das grandes plataformas.

O trabalho das Arteiras não depende exclusivamente da plataforma, pois o trabalho realizado pelas costureiras não começa a partir do surgimento da mesma, porque diferente das plataformas tradicionais que “detêm o poder de definir as regras do jogo sem fixá-las”. (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p. 39). A plataforma das Arteiras não detém de tal poder, visto que o trabalho das costureiras independe dela. O tipo de plataforma usada pelas República das Arteiras surge em 2021, após uma contemplação em um edital de recursos do programa Centelha (O programa Centelha tem por um dos objetivos auxiliar nas ideias de empreendedorismo de pequenas empresas), juntamente com a Fundect, o qual gerou fundos para que se criasse a plataforma.

O intuito da plataforma da República das Arteiras existe para além da finalidade proposta pelas empresas que fazem o trabalho subordinado pelas plataformas, já que “a definição de plataforma digital, aqui, não se restringe a um meio técnico – ela é utilizada para referir a empresas que controlam infraestruturas digitais alimentadas por dados e organizadas por algoritmos” (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p. 33). A ideia de subordinação não remete a posição onde

estão as Arteiras, não existe a ideia de subordinação, termo que acompanha a definição da plataformização. As costureiras inscritas na plataforma executam seu trabalho antes mesmo de se cadastrarem, muitas delas trabalham em suas casas ou ateliês há anos, enquanto outras trabalham em fábricas. Sendo o trabalho executado independente da plataforma, ele não é executado de forma convencional como em grandes empresas, pois o trabalho nesse caso existe para além da plataforma. As costureiras não passaram a ser costureiras a partir do site, pois ela surge com a finalidade de melhorar a relação entre a costureira e o cliente, algo que não se aplica as plataformas tradicionais, pois “a plataformização do trabalho combina duas dimensões essenciais: a dataficação das atividades de trabalho e a totalização da racionalidade neoliberal – enquanto elementos interconectados de dataficação-financeirização, os quais abordaremos em seguida”. (Grohmann, 2019, p. 114).

Ao exemplificar os diferentes tipos de plataformas e suas respectivas finalidades, Grohmann (2019), coloca outras possibilidades do trabalho através delas, nesse sentido, o autor chama a atenção para o cooperativismo de plataforma que surge como resposta as plataformas tradicionais e mesmo que se insira de certo modo com a ideia de empreendedorismo, esse modelo busca minimizar os efeitos catastróficos sofridos pelos trabalhadores. Para isso pensamos no cooperativismo de plataforma, sendo este um tipo de trabalho digital que busca se reinventar e resistir aos ideais das grandes empresas, tendo como um dos principais objetivos agir de forma mais democrática, buscando superar os modelos tradicionais de trabalho digital e fazendo isso de maneira equitativa.

O cooperativismo de plataforma

O número de plataformas de trabalho digital crescem a cada dia, elas possuem suas respectivas finalidades no que diz respeito ao setor corporativo e têm características próprias que seguem o modelo de capitalismo de plataforma. Como resposta ao tipo de modelo tradicional, surge o cooperativismo de plataforma. Scholz (2016) aponta como um movimento que busca desnaturalizar as consequências da precarização, visando superar o modo tradicional de operação das plataformas de trabalho digital, salientando que “o cooperativismo de plataforma é um termo que descreve mudanças tecnológicas, culturais, políticas e sociais” (Scholz, 2016, p. 62).

Thebor Scholz é um dos pioneiros nos estudos sobre o tema, em seu livro publicado em 2016, o autor problematiza e aponta as principais consequências que as grandes plataformas causam no mundo do trabalho digital e as relaciona com a economia de compartilhamento. Ele também aponta para uma economia de solidariedade que pode ser desenvolvida a partir dos ideais do cooperativismo, reforçando a ideia de propriedade comunitária e governança democrática. Por

ser um dos autores referência sobre o assunto, utilizo de sua obra como uma das principais referências para abordar sobre o cooperativismo de plataforma, analisando de que forma esse modo de organização se diferencia dos tradicionais.

O trabalho subordinado por meio das plataformas digitais, como enfatiza Abílio (2016), remete a precarização devido a flexibilização e informalidade que contornam as plataformas de modelos tradicionais, pensando como exemplo a empresa Uber. Além de terem como um dos principais objetivos o extrativismo de dados, concentração dos dados e o controle por meio dos algoritmos digitais, esse modelo de plataforma cumpre um papel político, econômico e social, pois são causas e consequências da precarização do trabalho no mundo contemporâneo, como afirma Grohmann (2019). Esse fenômeno intensifica a vulnerabilidade socioeconômica e empurra milhões de pessoas para a chamada “economia de bicos” ou “economia sob demanda”, onde predominam empregos temporários e sem proteção social. Scholz (2016), destaca que muitas profissões tradicionais estão passando por uma transformação radical, pois estão sendo “uberizadas”, isto é, substituídas por modelos de trabalho sob demanda em plataformas digitais que impõem fragmentação, salários reduzidos e ausência de vínculo empregatício. Ele prevê, com isso, o declínio de várias ocupações como as conhecemos, à medida que esse fenômeno se espalha por diferentes setores econômicos, portando “o cooperativismo de plataforma trata de solidariedade, que faz muita falta nessa economia baseada em força de trabalho distribuída e muitas vezes anônima” (Scholz, 2016. p. 61).

O autor estabelece suas críticas a economia do compartilhamento, tendo em vista que esse tipo de trabalho tem se tornado mais frequente por consequências das políticas de enfraquecimento das leis de trabalho. Como consequência, cria-se uma necessidade de obter uma segunda renda, fazendo com que as pessoas se submetam a formas de trabalho informais sem garantia. Além disso, também promove uma abdicação forçada do lazer, do espaço e da privacidade para que se consiga sobreviver com uma renda extra. A economia do compartilhamento cria uma falsa ideia de liberdade com o discurso de autonomia para aqueles que estão inseridos na plataforma, isso gera uma forma de pensar não crítica sobre suas consequências, não levando em conta os prejuízos que acarretam os trabalhadores, principalmente quando acontece por meio de plataformas digitais. As grandes empresas como Uber, Amazon e Airbnb, fazem com que seus usuários utilizem de suas plataformas para trabalho digital, estimulando a ideia de flexibilidade e de autonomia, fator esse que reforça a ligação social, política e econômica entre a precarização do trabalho, a redução de leis trabalhistas e o grande crescimento dessas plataformas e o modo de interagir com elas, pois “as relações de trabalho e as estruturas comerciais, em especial no setor de serviços, mudam com velocidade, em um vórtice que confunde quem legisla, quem trabalha e quem consome”. (Scholz,

2016, p. 10)

Conclui-se que o extrativismo, centralidade dos dados e a distribuição algorítmica estão intimamente ligados e atuam como principais agentes da exploração por aqueles que utilizam a plataforma. Sendo assim, é a partir das análises e problematizações em torno dos modelos tradicionais de plataforma que Scholz (2016) enfatiza sobre a urgência em pensar um novo tipo de organização de plataformas digitais que superem as precarizações já existentes, garantindo que nesses espaços haja mais democracia e poder para os trabalhadores realizarem seu trabalho de forma mais democrática, pois como coloca o autor “não podemos ter uma conversa sobre plataformas de trabalho sem antes reconhecer que elas dependem de vidas humanas exploradas em toda sua cadeia de fornecimento global”. (Scholz, 2016, p. 23).

O cooperativismo de plataforma tem sua base no próprio movimento cooperativo iniciado na década de 1840. O movimento surge como resposta ao modelo tradicional de plataforma e seus objetivos assim como no movimento cooperativo, é organizar o modo de relação entre os trabalhadores, fazendo com que essas relações não se baseiem somente na individualidade e exploração do outro. Como afirma Scholz (2016), trabalhar dentro do modo cooperativo utilizando a internet, possibilita pensar novos horizontes na maneira como a internet está na vida das pessoas. É um modelo em desenvolvimento que busca unir os valores tradicionais do cooperativismo como autogestão, igualdade, solidariedade e participação, com as vantagens oferecidas pelas plataformas digitais. A proposta surge como uma alternativa ao formato hoje dominante, no qual grandes empresas monopolizam a gestão e os lucros de plataformas. Nesse novo modelo, a ideia é implantar uma estrutura mais democrática e colaborativa, na qual os participantes dividem a propriedade, o controle e os ganhos da plataforma, rompendo com a lógica centralizada imposta pela economia digital corporativa.

Porém, Scholz (2016) ressalta que a ideia do movimento não tem por objetivo extinguir as precariedades dentro dos meios digitais, para o autor é preciso ter uma posição crítica quanto ao assunto, pois as plataformas de cooperativa ainda estão inseridas dentro do capitalismo de plataforma, portando “não seria de nenhuma ajuda enxergar as cooperativas como alternativas cor de rosa; elas funcionam dentro do contexto capitalista onde são forçadas a competir” (Scholz, 2016, p. 59). Mesmo que o objetivo seja desnaturalizar essas precariedades, as plataformas cooperativas ainda podem cair em armadilhas colocadas pelas grandes plataformas tradicionais, por isso sua eficiência possui limites aos quais são colocados pelas grandes corporações como forma de intimidação.

Ao decorrer de seu livro, ele descreve sobre diferentes plataformas que possuem finalidades distintas e trabalhos diversificados quanto ao modo de trabalhar de forma cooperativa.

Cada plataforma citada, realiza seu trabalho de forma distinta, mas eficaz no que diz respeito ao modo cooperativo, assim o autor estabelece os feitos e progressos quanto a esse modo de gestão. Mesmo com limitações e poucos recursos, os tipos de plataforma cooperativa trabalham de forma a garantir que seus trabalhadores estejam amparados por um modelo que valoriza e reconhece sua produção.

Para poder chegar a uma plataforma cooperativa, Scholz (2016) propõe dez princípios que entende como os fundamentais para esse novo modelo. Estes estão diretamente relacionados com o movimento cooperativo, por isso segue aos ideais de maior democracia, união e trabalho conjunto dos trabalhadores, visando superar as transformações neoliberais que acarretam o mundo do trabalho contemporâneo. Os princípios descritos referem-se a maior ocupação do trabalhador dentro do meio digital, é preciso que haja maior adesão e ocupação dos espaços onde o trabalho está sendo realizado, garantindo assim maior autonomia e gestão. É preciso também que haja maior seguridade de renda, um salário que garanta ao trabalhador não somente o necessário, mas sim uma boa qualidade de vida, afirmando que “As cooperativas têm sido um importante instrumento para a construção de poder econômico para grupos marginalizados” (Scholz, 2016, p. 59).

Além das questões econômicas, por se tratar do meio digital, o autor ressalta sobre a transparência dos dados que são fornecidos pelos trabalhadores, assim “deve haver transparência no modo como os dados são coletados, analisados, estudados e para quem eles são vendidos” (Scholz, 2016, p. 79). Como um espaço cooperativo, deve haver maior capacitação e uma eficaz gestão dos trabalhadores para que se chegue aos objetivos da plataforma, é preciso que as relações criadas não sejam superficiais, mas que garantam o bom convívio entre os trabalhadores, fazendo com que haja um trabalho codeterminado e fluído. Na questão jurídica, o autor elenca sobre a proteção jurídica, pois se tratando de uma cooperativa que é incomum, a plataforma pode estar sujeita a imposições e denominação das grandes plataformas digitais tradicionais. Os dez princípios desenvolvidos podem direcionar as empresas a se desenvolverem para a economia de solidariedade, sendo guiada pelas ideias do cooperativismo, este movimento tem germinado em diferentes lugares do mundo e mesmo com limitações, tem demonstrado desempenho e avanço quanto ao modelo tradicional de plataforma, portanto “por meio do nosso esforço coletivo podemos construir o poder político para um movimento social que irá dar existência a essas ideias” (Scholz, 2016, p. 92).

República das Arteiras e a Plataformização do trabalho

A República das Arteiras surgiu como um “coletivo” formado por três costureiras, sendo elas Ivani Grance, Maria de Fátima e Priscila. As informações sobre a República das Arteiras são

fruto de entrevistas realizadas – pela autora deste artigo - com a Ivani e também de pesquisa realizada no ambiente digital da República das Arteiras, assim, a perspectiva do trabalho realizado na plataforma parte dos relatos de Ivani que é, atualmente, a responsável pela empresa.

Ivani Grance é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do sul e possui mestrado em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação – PPGAS/UFMS. Em sua dissertação de mestrado intitulada “Pode a costureira falar? Estudo etnográfico de um coletivo de costureiras em Campo Grande – MS.”, ela pesquisa sobre as precariedades que assolaram a profissão de costura. Como costureira, ela relata sobre as diversas dificuldades que enfrenta por conta da invisibilidade em torno da profissão, diante disso, esse fator contribuiu para que ela se motivasse a terminar o ensino médio após ter parado com os estudos. Ela conta que não imaginava fazer uma graduação, pois o objetivo inicial era apenas terminar o Ensino Médio, mas hoje, através de sua formação acadêmica e sua experiência com a costura, conseguiu contribuir para que essa profissão seja mais valorizada e trabalha dessa forma por meio da República das Arteiras. O problema da invisibilidade e visibilidade é uma questão central do tema de sua dissertação, essas palavras aparecem em vários momentos da pesquisa com o intuito de reforçar o que a autora questiona em seu título da pesquisa, ressaltando que “a questão da visibilidade e invisibilidade é abordada sob diversos aspectos, tendo em vista diferentes estágios da trajetória social e profissional destas costureiras e os recursos (capitais) que cada uma mobiliza – individualmente”. (Grance, 2020, p. 17).

Devido as transformações no mundo do trabalho ao longo das décadas, a profissão de costura foi profundamente afetada, fazendo com que o trabalho das costureiras fosse perdendo valor, acarretando em instabilidade e o crescimento da precarização em volta da profissão de costura. Como aponta Neves e Pedrosa (2007), a entrada das mulheres no mundo do trabalho, ocorreu de forma desigual, visto que muitas mulheres passaram a trabalhar de maneira informal, recebendo muito menos do que os homens, sendo um problema que se estende até hoje, pois “os estudos sobre as indústrias de confecções têxteis e do vestuário têm demonstrado que recorrer à mão de obra domiciliar é uma dinâmica que tem se propagado Brasil afora”. (Silva, 2017, p. 92).

Para Grance (2020), se antes a profissão era vista com prestígio por quem a praticava e como uma forma de estabilidade, após as reformas trabalhistas a profissão passou a ser vista como uma incerteza, uma ocupação que não garante estabilidade e tem poucas chances de grandes ganhos financeiros por quem exerce. Segundo Ivani, o coletivo surge como uma forma de resistência a essas transformações, com objetivo de trazer novamente mais reconhecimento do trabalho de costura, fazendo com que a costureira possa ter seu trabalho valorizado.

A trajetória da República das Arteiras é marcada por diversos acontecimentos que fizeram

com que se tornasse hoje uma chamada “startup de impacto social”. As três costureiras fundadoras do coletivo participaram de eventos, capacitações, cursos, ocupando lugares – espaços de poder e visibilidade - que uma costureira nunca havia ocupado, juntamente com outros profissionais do setor da costura, como conta Ivani. Em sua dissertação a autora fala sobre os desafios enfrentados nos espaços onde não era comum ver uma costureira, tendo em vista que o “normal” eram vê-las atrás das máquinas. Mas durante a época de coletivo, ou seja, antes da criação da plataforma virtual, as três costureiras puderam experienciar momentos em lugar de troca, debate, negócios, palestras sobre empreender, e essas vivências contribuíram para que fossem mais ouvidas, fazendo com que se criasse um caminho para chegar onde estão atualmente.

Em entrevista, Ivani conta que a ideia de criar uma plataforma de trabalho surgiu após uma participação em um evento chamado Living Lab, organizado pelo Sebrae – MS. Através desse evento, onde puderam obter mais conhecimento sobre empreender, capacitação e gerenciamento de negócios, passando um movimento de aceleração ao qual instigou a ideia de criar um ambiente online para trabalho, e isso também foi possível através de um edital que gerou recursos para que se conseguisse criar a plataforma que hoje conta com 97 cadastros de costureiras de diferentes regiões do Brasil como Rio de Janeiro, Amazonas, Brasília, Minas Gerais, entre outros estados, mas com predomínio de costureiras de Mato Grosso do Sul. O objetivo principal foi criar uma plataforma de conexão para que as costureiras e os consumidores tivessem um contato direto, sem precisar recorrer aos intermediadores aos quais tornam a relação entre elas e o consumidor ainda mais precarizada, como afirma Grance (2020). Portanto, a criação da plataforma foi pensada junto com os instrutores do Sebrae de Mato Grosso do Sul e a República das Arteiras. Nesse momento de criação da plataforma, as costureiras Maria de Fátima e Priscila optaram por seguir caminhos diferentes, mas tiveram grande contribuição na trajetória da República das Arteiras.

Para Ivani, que se diz “a única socia da empresa”, a plataforma das Arteiras não se enquadra no movimento cooperativismo de plataforma apontado por Scholz (2016). Isso acontece porque, segundo ela, a plataforma não faz gestão de serviço, não dispõe de remuneração, além de não interferir na questão econômica quanto a precificação do trabalho exercido pela costureira, já que a relação entre costureira e consumidor é autônoma. Mas ela ressalta que existe uma ideia de fazer com que haja um programa de assinatura para as costureiras, esse programa conta com capacitação, palestras, maior ranking de reconhecimento por trabalho produzido, contribuindo para que a costureira tenha seu trabalho mais visível, porém isso ainda não é possível pois a prioridade é estabelecer maior conexão e capacitação das costureiras.

Mesmo que a plataforma da República das Arteiras não seja definida como uma plataforma cooperativa, é importante reconhecer seu papel em busca de melhorias nas condições

de trabalho da costura. Muitos dos objetivos de melhorias apontados por Ivani, estão relacionados com os dez princípios do cooperativismo elencados por Trebor Scholz (2016), portando, analisando a entrevista realizada com ela sobre a plataforma, pode-se perceber alguns dos principais fundamentos do cooperativismo de plataforma, sendo um dos principais a valorização do trabalhador e de seu trabalho.

Além da ideia de conexão, a República das Arteiras busca ganhar a confiança das costureiras e regular minimamente as precariedades, pois pelo sindicato e o governamental não acontece porque a maioria das costureiras trabalham de modo informal. Muitas costureiras passaram a trabalhar em suas casas, sem proteção trabalhista e de maneira informal, esse modo de organização funde o ambiente de trabalho e o de lazer, fazendo com que não haja uma separação entre essas atividades. O trabalho de costura se funde com atividades de cuidar da casa e dos filhos, tornando uma rotina cansativa e com pouco tempo para outras atividades, como aponta Grance (2020). Nesse contexto, a plataforma surge como uma ferramenta para auxiliar as costureiras em suas atividades, mas diferente das plataformas tradicionais, onde o trabalho depende exclusivamente da plataforma, no caso das costureiras o trabalho de costura independe da plataforma das Arteiras.

A plataforma teve como referência dois sites sobre costura e artesanato que também trabalham na questão de conexão entre cliente e costureira, porém atuam de forma distintas, mas estes foram os modelos norteadores para a criação. O modelo de desenvolvimento da plataforma é como uma vitrine virtual, onde cada costureira é uma loja, o site possui um menu de especialidades com onze modalidades de serviço, sendo elas, a costura sob medida, concerto, alfaiataria, customização, confecção de modelagem, entre outros. Para chegar até a costureira, o consumidor cria o cadastro através do e-mail e ao conseguir fazer o login, é colocado na tela as modalidades de trabalho que as Arteiras oferecem com suas respectivas especialidades, assim, para contatar uma costureira basta apenas clicar em seu número de WhatsApp, o que acontece é o contato direto entre costureira e cliente. Scholz (2016) analisa os dados como fatores centrais para o fortalecimento das plataformas, perante a isso, questiono Ivani sobre qual tipo de dado é necessário para conseguir acessar esse ambiente digital. Ela explica que os dados fornecidos pela costureira são apenas os básicos, como seu nome, especialidade e número para contato, portando, não é necessário dados sensíveis.

Nesse momento é importante analisar sobre esse ponto, pois nota-se que a plataforma não busca o extrativismo e a centralidade dos dados, sendo assim, opera de forma distinta das plataformas tradicionais. Ivani ressalta que funciona dessa maneira, pois não há recursos para esse tipo de trabalho e que precisa assegurar a segurança da costureira e do consumidor, e no momento

não existe nada que ampare judicialmente essa questão, pois se houvesse a necessidade de outros tipos de dados, seria preciso entrar com os termos de uso e explicar para a costureira e o cliente qual a finalidade de obter outras informações pessoais. Importante essa colocação de Ivani, pois ela mesma diz sobre a importância dos dados no mundo digital que observamos hoje, mas afirma que esse não é um dos objetivos da plataforma, por isso não se faz necessário o uso de dados sensíveis. Dessa forma, compreendo que os dados nesse caso não cumprem um papel político e econômico, não há uma necessidade de controle através do extrativismo de dados, como acontece em grandes plataformas subordinadas pelo trabalho digital.

As costureiras cadastradas não precisam pagar taxa para utilizar a plataforma, mesmo que o consumidor encontre a costureira por meio dela, não existe um preço cobrado por isso. O valor do trabalho da costureira é mediado por ela própria, não há interferência da República das Arteiras quanto a isso. Mas Ivani aponta para uma dificuldade por parte das costureiras no momento de precificar seu trabalho. Isso acontece por conta da desvalorização do trabalho de costura, onde não é levado em conta a seriedade do trabalho realizado por essas mulheres, já que a profissão de costura é vista por muitos como uma amplificação dos afazeres domésticos. Muitas das costureiras não se reconhecem como tal, principalmente as que trabalham nas ou vieram das fábricas, elas se vêem como “operadora de máquina” por não trabalharem com a criação de peças. Esse fator demonstra o quanto a profissão sofreu desvalorização, por isso muitas não conseguem receber dignamente pelo trabalho realizado. Como salienta Espirito Santo (2008), as profissionais as quais não conseguiram se adaptar ao sistema por facção, tiveram que começar a trabalhar em suas casas, com serviços trazidos por vendedores, que estipulavam o valor que iriam pagar pela peça, e mesmo que as costureiras discordem do valor, elas ainda realizam por precisar do trabalho, a partir disso, os atravessadores possuem maior autonomia dentro do setor de costura.

Além desse fator, os intermediadores ou mesmo atravessadores como aponta Grance (2020), interferem na questão de preço fazendo com que haja um relacionamento de abuso, pois caso a costureira não aceite realizar o trabalho pelo valor estipulado, esse intermediador ameaça levar as peças para outra costureira que vai realizar o serviço pelo valor que foi imposto. Essa interferência gera maior rivalidade entre as costureiras, fazendo com que as relações entre elas se distanciem, criando assim um ambiente de concorrência. Ivani enfatiza que elas não são concorrentes, pois essa forma de encarar faz com que o preço do trabalho caia ainda mais, por isso é preciso criar o sentimento de pertencimento, onde uma proteja a outra.

Ao falar sobre a precificação, Ivani aponta como “uma dor latente”, pois existe uma dificuldade enorme ao colocar valor em seu trabalho. Quando pergunto de que forma trabalhar isso com as costureiras, ela diz que está sendo trabalhado aos poucos, e para isso são disponibilizadas

aulas com educação empreendedora, porém, ela relata que das 97 costureiras cadastradas na plataforma, apenas duas conseguiram terminar toda a trilha sobre o assunto. Isso acontece devido ao analfabetismo digital que muitas profissionais da costura estão inseridas, visto que muitas delas dispõem de poucas habilidades com a tecnologia ou mesmo não tem tempo para essas atividades. Essa falta de disponibilidade acontece porque muitas trabalham em casa e precisam cuidar de casa e dos filhos, além de não conseguirem sair das máquinas, pois se não produzem também não ganham. São diversos fatores que dificultam para que as costureiras se familiarizem com conteúdo sobre autonomia de seu trabalho, mas para facilitar esse objetivo, existe um grupo no WhasApp com as costureiras cadastradas na plataforma. Ivani explica que a costureira entra nesse grupo caso queira e não por obrigatoriedade e é através desse grupo que é possível aproximar e criar um vínculo entre elas, visto que houve uma precarização das relações entre essas profissionais.

Apesar de muitas profissionais não utilizarem da plataforma para acessar os cursos ou para ver os conteúdos sobre a costura, é por meio do WhatsApp que a maior parte das trocas acontecem. É pelo grupo que muitas tiram suas dúvidas quanto a precificação, trabalho, maquinário e tudo que envolve o mundo da costura. Existe uma troca que ultrapassa os limites do grupo, pois muitas costureiras passaram a ter contato fora dele, onde interagem entre si para buscar ajuda, fazendo com que uma costureira indique a outra, principalmente quando existe trabalhos com alta demanda, dessa forma, elas se ajudam e criam uma rede de contato para melhor realizar seu trabalho.

Sendo assim, é possível observar que a República das Arteiras criou uma forma de estreitar as relações entre as costureiras para que haja mais troca e comunicação entre elas, fazendo com que não necessitem de outros intermediadores. Ivani diz sobre como é importante criar conteúdo sobre a autonomia do trabalho para que elas não caiam em armadilhas ou trabalhos mal remunerados, porém ressalta que para isso, é preciso que elas entendam a relevância desse conteúdo para agregar em seu espaço. Para ela, é preciso ter autoconhecimento, se reconhecer com uma costureira e reconhecer a importância desse trabalho, só assim é possível trazer mais autonomia para essas profissionais. A insegurança em precificar seu trabalho acontece porque muitas não cobram o valor necessário levando em conta o uso da eletricidade, o valor do aluguel da casa ou do ateliê, a manutenção da máquina, portando elas acabam cobrando somente a mão de obra do serviço, pois não entendem a estrutura de gasto e despesa, por isso é preciso compreender que o valor do trabalho não consiste somente nas habilidades.

Apesar das dificuldades em utilizar a plataforma, nota-se um trabalho codeterminado por parte das costureiras, pois ocorre a troca de informações e serviços, funcionando como uma rede de apoio. A plataforma da República das Arteiras busca por meio de parcerias, incentivar o uso

dos conhecimentos sobre negócios para agregar no trabalho das profissionais, além de palestras e encontros para melhor integrar as costureiras e abrir horizontes quanto ao trabalho de costura. Compreendo que nesse relato de Ivani, pode-se perceber o trabalho codermidando apontado por Scholz (2016), pois existem esforços para tornar o trabalho dessas mulheres mais valorizado e com maior capacitação, promovendo assim, maior ocupação nesse espaço digital. Além dos avanços já ocorridos, Ivani conta sobre o projeto de criar um modelo de assinatura para as costureiras, mas ressalta que é algo pensado de forma estratégica para dar os retornos que as costureiras necessitam. Esse modelo de assinatura acompanharia uma série de conteúdos sobre como ter maior autonomia na realização de seus trabalhos, além de ranquear as costureiras pelos trabalhos feitos e o reconhecimento desse trabalho por parte dos clientes. Mas isso ainda é uma ideia que tem sido amadurecida com o intuito de melhor atender as necessidades das costureiras, mas por enquanto o que predominaria é a busca por conexão entre cliente e costureira.

Como mencionado anteriormente, o trabalho das costureiras independe da plataforma, portando, não é necessário que ela esteja conectada a plataforma o tempo todo, a profissional tem a liberdade de realizar sua atividade mesmo sem a interferência da plataforma, pois esta atua como um meio facilitador de contato. Ivani menciona que algumas costureiras contatam outras para realizar trabalho em conjunto, mas a República das Arteiras não interfere nesse relacionamento, pois a profissional destaca que não é objetivo da república criar muros ou colocar esse tipo de regra, pois mesmo perdendo alguns dados nesse tipo de troca, é preciso que haja liberdade e autonomia para as profissionais de costura. Quando pergunto a Ivani sobre os resultados alcançados ao longo dos anos, ela conta sobre as participações em eventos de negócios, palestras e viagens que levaram a República das Arteiras para fora do Mato Grosso do Sul, fazendo com que o trabalho realizado por elas fosse visto e ouvido em diferentes espaços, desde os acadêmicos, desfiles e até em eventos de negócios.

Essa visibilidade ajudou a República das Arteiras a expor sobre seu trabalho em diferentes meios digitais, onde alcançaram grande reconhecimento. Isso foi importante para as costureiras cadastradas na plataforma pois ajudou a atrair clientes, além de fazerem reportagens em ateliês de costureiras que tiveram seu espaço de trabalho divulgado pelos meios digitais. Ivani enfatiza que em relação aos clientes, a mensuração de impacto ainda é pouca, pois muitos não respondem as mensagens de e-mail para dar retorno do trabalho das costureiras, mas para elas, é possível observar avanço por parte das costureiras mais ativas na plataforma e que interagem mais no grupo de WhatsApp, muitas relatam sobre o crescimento de procura em seu trabalho e ficam felizes por obter mais visibilidade. Hoje a empresa se mantém através de captação de recurso através de editais públicos. O acesso aos recursos garante a manutenção da plataforma, mesmo com os desafios

enfrentados a plataforma também se mantém com serviço de capacitação e treinamento por parte de Ivani. O espaço físico das Arteiras é incubado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, esse espaço é o escritório da república.

Analisando as colocações de Ivani, compreendo que a plataforma da República das Arteiras não trabalha dentro do movimento do cooperativismo de plataforma apontado por Scholz (2016), porém, pode-se resgatar termos que vão de encontro com o que o autor descreve como um trabalho cooperativo. Sendo um dos objetivos das Arteiras minimizar as precariedades, criar uma rede de trabalhadores que não se baseiam na individualidade e concorrência para trabalhar de forma conjunta, conclui-se que ela traz no seu modo organizacional muitos dos princípios ou valores elencados pelo autor. É uma plataforma que busca desnaturalizar as precariedades que assolaram o mundo do trabalho, nesse caso, a profissão de costura, portando, surge como resposta ao modo precário imposto pelas transformações trabalhistas.

Diante as grandes plataformas de trabalho digital que precarizam ainda mais o ambiente de trabalho, é preciso trazer o resgate histórico da profissão de costura para compreender como as transformações no mundo do trabalho contemporâneo impactaram diretamente essa profissão. Sendo uma história marcada por enfraquecimento das leis de trabalho, segregação do ambiente de costura e desvalorização da profissão, a República das Arteiras busca hoje como uma plataforma de impacto social diminuir as consequências trazidas por essas mudanças. Ela é a materialização do papel das costureiras como agentes de suas próprias históricas, orientadas por relações de solidariedade antes do que de competição entre essas mulheres.

Conclusão

A partir das questões colocadas, conclui-se que as plataformas digitais tornaram-se infraestruturas centrais na economia contemporânea, possibilitando a coleta, tratamento analítico e utilização estratégica de vastas quantidades de informações. Do ponto de vista estrutural, plataformas podem ser compreendidas como infraestruturas digitais que facilitam interações multilateralizadas entre diferentes grupos de usuários. Elas funcionam como intermediárias que conectam agentes econômicos diversos, consumidores, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e dispositivos físicos, promovendo assim, trocas, transações e fluxos de dados em ecossistemas digitalmente mediados.

Nesse cenário, o conceito de cooperativismo de plataforma, formulado por Trebor Scholz (2016), emerge como uma resposta crítica ao modelo hegemônico de governança das plataformas digitais. Trata-se de uma proposta que visa reestruturar a lógica de operação dessas tecnologias a partir de princípios cooperativistas, tais como gestão democrática, propriedade coletiva e

redistribuição equitativa de valor. Embora o cooperativismo de plataforma ainda se configure como um campo em formação, caracterizado por iniciativas dispersas e modelos organizacionais diversos, ele representa uma alternativa concreta ao capitalismo de plataforma, mesmo que possua limitações. Seu objetivo central é promover a democratização dos meios digitais de produção e interação, ampliando a autonomia dos trabalhadores e usuários frente às estruturas corporativas centralizadas e extrativistas. Dessa forma, o cooperativismo de plataforma se insere nas discussões contemporâneas sobre inovação social e tecnológica, propondo uma reconfiguração dos usos e das finalidades das tecnologias digitais, com foco na equidade, na participação e na sustentabilidade social.

A partir desse debate, o artigo buscou compreender de que maneira a plataforma criada pela República das Arteiras se relaciona com os temas sobre plataformização do trabalho e o cooperativismo de plataforma. Ressaltado que a plataforma das arteiras não se caracteriza como uma cooperativa, mas foi possível perceber como os principais objetivos se relacionam os princípios do cooperativismo de plataforma descritos por Scholz (2016). Nesse contexto, nota-se a urgência em criar modelos alternativos de plataforma com o objetivo de trazer maior reconhecimento dos trabalhadores e das atividades que exercem. No caso das costureiras, a república visa uma maneira de trabalho mais digna, com boas condições do ambiente de trabalho para que assim haja uma melhor produtividade, mas que seja baseada em trabalho regulados pelas leis trabalhistas. O que se pretende é dar voz as costureiras e torna-las mais autônomas no trabalho que realizam através do auxílio da plataforma da República das Arteiras.

A plataforma da República das Arteiras atua como uma ferramenta de divulgação, proximidade e autonomia sobre o trabalho executado. Em décadas de precarização, o trabalho com a costura foi colocado no campo da informalidade e da flexibilização, portando esse tipo de trabalho foi sofrendo com as profundas mudanças ao longo do tempo. O trabalho das Arteiras tem por objetivo minimizar esses efeitos, sendo estes relacionados com o cooperativismo de plataforma, ao compartilhar alguns de seus valores. Ao exemplificar os diferentes tipos de plataformas e suas respectivas finalidades, Grohmann (2019), coloca outras possibilidades do trabalho através das plataformas, nesse sentido, nos interessa chamar a atenção para o cooperativismo de plataforma, que surge como resposta as plataformas tradicionais e mesmo que se insira de certo modo com a ideia de empreendedorismo, esse modo busca minimizar os efeitos catastróficos sofridos pelos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/11/ARTIGO-L-C-ABILIO.pdf>. Acesso em: 14 março. 2025.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: *LA CIUDADANIA NEGADA. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, p. 39-46, 2000.

CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

ESPÍRITO SANTO, Wecisley. Trabalho, gênero e lingerie: tradição e transformação nas trajetórias das costureiras de roupas íntimas de Nova Friburgo-RJ. Rio de Janeiro: UFRJ/MN PPGAS, 2008. (Dissertação de Mestrado).

ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. 2018. “Não Ser Empregado, não Ter Empregado: O Trabalho Com a família, Para a família E Suas variações”. *Anuário Antropológico* 40 (1):257-78.

FLEXIBILIDADE E PRECARIZAÇÃO: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr 2007. PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 8, p. 45-67, jan./jun. 2017.

GRANCE, Ivani. *Pode a costureira falar? Estudo etnográfico de um coletivo de costureiras em Campo Grande – MS*. Campo Grande: UFMS/PPGAS, 2020. (Dissertação de mestrado).

GROHMANN, Rafael et al. Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. *Liinc em Revista*, v. 14, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i1.4149>. Disponível <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4149>. Acesso em: 20 abril. 2025.

LIPOVETSKY, Gilles & SERROY, Jean. *A estetização do mundo – viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. NEVES, Magda de Almeida. PEDROSA, Célia Maria. *GÊNERO*,

SANDOVAL, Marisol. Entrepreneurial activism? Platform cooperativism between subversion and co-optation. *Critical Sociology*, v. 46, n. 6, p. 801-817, 2020. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0896920519870577>. Acesso em: 15 abril. 2025.

SCHOLZ, Trebor. Cooperativismo de plataforma. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

SILVA, Rosane Marçal. COSTUREIRAS E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM SANTA HELENA, PR*. História e Perspectivas, Uberlândia (57): 73- 99, jul./dez. 2017.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. TRABALHO, EMPREGO, PRECARIIDADE: dimensões conceituais em debate. In: Caderno C R H, Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, Maio/Ago. 2016.

VALENTE, J. Tecnologia, Informação e Poder: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VAN DIJCK, J. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. Surveillance & Society, v. 12, n. 2, p. 197 208, 2014.